



TEORIA DA DEPENDÊNCIA EM FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E RUY MAURO MARINI: Uma aplicação prática à economia ecológica.

Dependency theory in Fernando Henrique Cardoso and Ruy Mauro Marini: A practical application to ecological economy.

La teoría de la dependencia en Fernando Henrique Cardoso y Ruy Mauro Marini: Una aplicación práctica a la economía ecológica.

Júnio Matheus da Silva Cruz¹

Resumo: O presente trabalho passa por três frentes de análise, sendo uma de trazer à luz o conceito de Teoria da Dependência a partir do trabalho de Fernando Henrique Cardoso, com orientação Weberiana, o mesmo conceito para Ruy Mauro Marini, de escola Marxista, e realizar uma análise de um campo novo na Ciências Econômica que é a Economia Ecológica, dedicada a estudar os recursos naturais e a intervenção do homem nestas. A discussão passou por apresentar os conceitos de cada um dos autores, e também um panorama geral da Economia Ecológica, para em seguida dialogar com os três mostrando como impactos ambientais e situações de exploração de recursos naturais nos países tidos como periféricos podem ser explicados pela Teoria da Dependência, não somente por um viés, mas tendo uma visão ampla dos conceitos desta e suas várias vertentes, onde cada uma consegue contribuir a um resultado importante de pesquisa. A conclusão mais importante que se chegou no mesmo é como o processo de exploração do trabalho e dos recursos naturais no terceiro mundo deixam um rastro de pobreza, subdesenvolvimento e colapso ambiental para as populações locais a partir de problemas na balança de pagamentos e preços desfavoráveis a estes países, e como as instituições são coniventes com este processo a partir do alinhamento da burguesia internacional com a elite terceiro-mundista.

Palavras-chave: Teoria da Dependência, Economia Ecológica, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Sociologia Econômica.

¹ Graduado em Ciências Econômicas, Administração e Gestão Pública. Mestrando em Desenvolvimento Social pelo PPGDS/Unimontes. E-mail: juniomatheus10@gmail.com.

**Artigo submetido em: 12 de dezembro de 2022.
Artigo aceito em: 25 de junho de 2023.**



Abstract: The present work goes through three fronts of analysis, one of which is to bring to light the concept of Dependency Theory from the work of Fernando Henrique Cardoso, with a Weberian orientation, the same concept for Ruy Mauro Marini, of the Marxist school, and to carry out an analysis of a new field in Economic Sciences that is Ecological Economics, dedicated to the study of natural resources and human intervention in them. The discussion went on to present the concepts of each of the authors, and also an overview of Ecological Economics, to then dialogue with the three showing how environmental impacts and situations of exploitation of natural resources in countries considered peripheral can be explained by the Theory of Dependency, not only from a bias, but having a broad view of the concepts of this and its various aspects, where each one manages to contribute to an important research result. The most important conclusion reached is how the process of exploitation of labor and natural resources in the third world leaves a trail of poverty, underdevelopment and environmental collapse for local populations from problems in the balance of payments and unfavorable prices for these countries, and how the institutions are colluding with this process based on the alignment of the international bourgeoisie with the third-world elite.

Keywords: Dependency Theory, Ecological Economics, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Economic Sociology.

Resumen: El presente trabajo transita por tres frentes de análisis, uno de los cuales es sacar a la luz el concepto de Teoría de la Dependencia a partir de la obra de Fernando Henrique Cardoso, con orientación weberiana, el mismo concepto para Ruy Mauro Marini, de la escuela marxista, y realizar un análisis de un nuevo campo de las Ciencias Económicas que es la Economía Ecológica, dedicada al estudio de los recursos naturales y la intervención humana en los mismos. La discusión pasó a presentar los conceptos de cada uno de los autores, así como un panorama general de la Economía Ecológica, para luego dialogar con los tres mostrando cómo los impactos ambientales y las situaciones de explotación de los recursos naturales en países considerados periféricos pueden ser explicados por la Teoría de la Dependencia, no solo desde un sesgo, sino teniendo una visión amplia de los conceptos de esta y sus diversos aspectos, donde cada uno logre aportar a un importante resultado de investigación. La conclusión más importante a la que se llega es cómo el proceso de explotación de la mano de obra y los recursos naturales en el tercer mundo deja una estela de pobreza, subdesarrollo y colapso ambiental para las poblaciones locales a partir de problemas en la balanza de pagos y precios desfavorables para estos países, y cómo las instituciones están coludidas con este proceso basado en el alineamiento de la burguesía internacional con la élite del tercer mundo.

Palabras-clave: Teoría de la Dependencia, Economía Ecológica, Fernando Henrique Cardoso, Ruy Mauro Marini, Sociología Económica.

Introdução

A Teoria da Dependência é uma importante forma de analisar a relação entre nações do que se convencionou chamar de Centro do Capitalismo, que de forma geral seriam os países em avançado estado de desenvolvimento social e econômico, e os países que fazem a composição da Periferia do Capitalismo, onde seriam representadas as pátrias que ainda estão em um estágio de economias atrofiadas e de pouco dinamismo (Silva, 2010).

Essa relação, como destaca Silva (2010, muito conturbada e de caráter exploratório, onde elementos diversos são utilizados de modo a manter o baixo dinamismo da Periferia e os

privilégios do Centro, teve expoentes intelectuais importantes. Essa situação de amplitude de análises, com posicionamentos diversos, advém principalmente do trabalho da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), que buscando solucionar os problemas do desenvolvimento nos países mais empobrecidos acabou por desenvolver diagnósticos diversos e dentre estes existiu o de Fernando Henrique Cardoso/ Enzo Faletto e o de Ruy Mauro Marini, cada um optando por um instrumento analítico diferente e com soluções diferentes para as questões da América Latina.

Um dos problemas presentes fortemente nos países da Periferia do Capitalismo é o processo predatório pela qual passa a natureza e seu inventário biológico. Sabendo que a análise deste não é uma tarefa simples, entender como o Centro consegue provocar problemas ambientais na Periferia do capitalismo por meio dos instrumentos utilizados na articulação da relação Centro-Periferia de exploração do segundo em relação ao primeiro, é necessário que se amplie a base de análise de cada teoria neste sentido para buscar hipóteses e explicações para compreensão do fenômeno de exploração de recursos naturais, inclusive fazendo com que ambas dialoguem de maneira a extrair o máximo de cada uma e sua relação com as questões da Economia Ecológica, o uso de recursos naturais e o processo predatório da natureza.

Diante disto, o objetivo do presente artigo é alinhar as hipóteses da Teoria da Dependência de Fernando Henrique Cardoso e a de Ruy Mauro Marini no sentido de compreender como a relação Centro-Periferia analisada por estes pode ser entendida e aplicada de maneira prática na Economia Ecológica que se ocupa de entender o uso dos recursos naturais e o processo predatório destes nos países subdesenvolvidos.

Este tipo de trabalho e análise se justifica pelas complexidades que envolvem o processo predatório dos recursos naturais, potencializados nos países subdesenvolvidos, e como boa parte deste pode ser explicado por argumentos já presentes na Teoria da Dependência, e mais especificamente nos prepostos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, mais adeptos do método de Max Weber, e de Ruy Mauro Marini mais ligado a tradição Marxista. O diálogo entre autores tão distintos, e de escolas muitas vezes

antagonistas parte do nível de complexidade que envolvem os elementos aqui relacionados, como questões ambientais, econômicas, de relação entre países com níveis diferentes de desenvolvimento econômico e social.

O presente artigo adotará a pesquisa bibliográfica como método de construção dos pressupostos aqui apontados, buscando articular os textos de Fernando Henrique Cardoso de 1968 e Ruy Mauro Marini de 2000 com literaturas que tratam sobre as questões pertinentes à Economia Ecológica e o processo predatório de recursos naturais. Aqui a Pesquisa Bibliográfica se presta a, além do levantamento do estado da arte em que o tema está, poder-se-á analisar diversas posições sobre os conceitos necessários ao trabalho proposto (GERHARDT E SILVEIRA, 2009).

Fundamentação teórica

Os conceitos necessários a execução do trabalho serão apresentados da seguinte forma: será exposto que é a Economia Ecológica, do que se ocupa essa área de estudo e suas nuances dentro da Economia Política e pressupostos. Por conseguinte, será apresentado de forma genérica o que é a Teoria da Dependência, de modo a situar sobre esta de maneira mais global, mas que possui duas subseções, sendo uma dedicada somente as hipóteses de Fernando Henrique Cardoso e posteriormente uma dedicada aos apontamentos de Ruy Mauro Marini sobre a mesma.

Economia ecológica

Portes Et Al (2022) aponta que entendendo a Economia Política como um campo das Ciências Econômicas ocupado do estudo da produção, distribuição e circulação dos bens produzidos pela sociedade, cabe a ela a compreensão do processo produtivo as fases de extração das matérias-primas, a aplicação de capital e trabalho no processo de transformação, geração de resíduos deste processo e abastecimento, e por fim, de todas as falhas que neste, sendo tanto as de mercado quanto as operacionais.

O autor ainda aponta que a Economia Ecológica é umbilicalmente relacionada ao Economia Política a partir da compreensão e discussão das falhas deste processo que levam ao processo predatório de obtenção de matérias-primas, geração de mais resíduos do que o ecossistema consegue absorver, o uso de energia maior do que o ambiente tem capacidade de gerar, o excesso de produtos disponíveis para um determinado setor da sociedade, a falta do mesmo para outros setores, a exportação dos impactos ambientais dos países centrais para os países periféricos e, a cada vez maior escassez de recursos disponíveis, são falhas do processo estudado pela Economia Política – produção e distribuição dos bens para a sociedade – que servem de objeto de estudo para a Economia Ecológica (PORTES ET AL, 2022).

Por fim, o autor ainda traz que a questão central para a economia ecológica é de que a economia funcione considerando a existência de limitação no meio biológico. Nesse sentido, considerando duas fragmentações: 1) a circunstância econômica, relativa às questões políticas capitais visando a expansão de um sistema econômico viável; e 2) a circunstância relativa, aquela que associa o nível de crescimento que ampara a sustentabilidade. Por fim, o plano de ação biológica e sustentável da economia ecológica parte da necessidade de inverter a lógica de decisão da economia ambiental, que ia da definição da quantidade de recursos naturais a serem utilizados em uma escala que seria previamente definida com base em parâmetros ecológicos de sustentabilidade (PORTES ET AL, 2022).

Teoria da dependência

Silva (2010) aponta que a Teoria da Dependência é fundamental enquanto teoria por apontar alguns prepostos até então ignorados nas Ciências Sociais: a) Primeira Contribuição advinda dos países em vias de desenvolvimento, ou seja, um processo de autoanálise da situação econômica da periferia; b) Forneceu ferramentas para o estudo do desenvolvimento que até então não eram tão presentes nesta; c) Influência acadêmica partindo da periferia em relação ao centro, e não o contrário; d) Por fim, uma análise crítica por parte dos países periféricos no que tange às suas relações com o centro do capitalismo.

De maneira bem genérica, a Teoria da Dependência é o entendimento construído a partir da análise dos processos econômicos da América Latina que entendia que a unidade

nacional de cada país, ou determinadas regiões do globo, só tinha compreensão real caso partissem de uma conexão e inserção em um sistema político e econômico a nível mundial. Este processo, não sendo facilitado, visto que o processo de produção e distribuição de bens e serviços dos países “periféricos” estaria alinhado e condicionado aos mesmos, só que nos países centrais (SILVA, 2010).

A Teoria da Dependência tem como mister a questão de existir uma ligação estrutural entre fatores domésticos e fatores externos, mas não somente dos segundo impondo aos primeiros determinadas situações, mas também uma relação dialética bem articulada entre os dois campos, e mais como condição do que como imposição. É mais do que um processo relacional entre nações, é de fato uma mazela do fator de incorporação ao sistema econômico global, de modo a se integrar, desde que isso não altere uma forma de desenvolvimento estabelecida de forma consciente (SILVA, 2010).

Por fim, a Teoria da Dependência traz uma questão chave que é a ampliação do entendimento para além das relacionadas a produção e distribuição de bens e serviços por entre a sociedade e suas nuances. Elementos culturais, históricos, políticos e sociológicos também acabam por influenciar esse processo estrutural de interdependência, não cabendo somente a economia o fazer. O maior destaque destes aspectos não econômicos a ser destacado é a característica de sociedade altamente fragmentada internamente, seja politicamente, socialmente ou culturalmente, abrindo terreno para o processo de dependência.

Em Ruy Mauro Marini

Neto (2011) aponta que Ruy Mauro Marini a partir de sua produção conseguiu se postular como o principal representante da vertente Marxista da Teoria da Dependência. Isso se deve em grande parte a sua análise que toma a Superexploração do Trabalho como característica básica das economias dependentes. Essa superexploração se dá pelo crescimento demográfico altíssimo dos países periféricos, que possuem um exército de reserva para compensar qualquer forma de revolta ou abandono dos trabalhadores atuais com muita tranquilidade, o que faria a manutenção dos baixos salários em conjunto com uma altíssima

produtividade, caracterizando um cenário de exploração desmedida da mão de obra sem nenhuma resposta.

Situação esta, que também é reforçada pelo foco na teoria do Valor em Marx que Marini sempre se dispõe a apontar, visto que a partir dela é que o trabalho dos países centrais acaba por produzir mais valores salariais aos operários, mesmo que seja feito em menor escala e com menos níveis de produtividade, reforçando esse caráter marxista do autor.

Ruy Mauro também traz em sua postulação a importância do Caráter subimperialista encontrado nas nações periféricas. Esse processo se dá em algumas nações, e regiões específicas, onde determinado país tenta se beneficiar em relação a outros também periféricos, mas sem que isso perturbe o controle por parte dos países centrais, como pode ser visto no Brasil em relação aos vizinhos latino americanos.

E partir deste caráter subimperialista de alguns países é que se cria uma noção de Desenvolvimento como um processo que aproximaria o capitalismo brasileiro do capitalismo dos países centrais e contribuiria para que as condições de vida da população brasileira também se aproximassem das existentes nesses países, sem nenhuma forma de crítica ou mesmo avaliação, somente reprodução, ignorando fatores não econômicos das mais amplas maneiras.

E problematicamente dentro deste processo, Ruy identifica uma busca pela “Reprimarização” da pauta de exportações como forma de fazer essa aproximação. Basicamente essa “Reprimarização” passaria pela especialização da economia dos países periféricos em produzir commodities de exportação e não avançar com a pauta da industrialização. Situação esta que geraria o que Marini denomina de “Intercâmbio desigual” com ganhos e perdas no comércio internacional a partir das desigualdades entre, de um lado, países com clara superioridade em termos de tecnologia e, conseqüentemente, de produtividade e, de outro, países com clara inferioridade reforçados de maneira robusta pelas perdas a partir da diferença na produção de valor internacional pelo trabalho concreto de cada país de modo que quando mercadorias produzidas por um país com menor desenvolvimento tecnológico passam a concorrer com mercadorias produzidas em países de maior

desenvolvimento tecnológico, uma espécie de redutor é aplicado ao valor produzido por seus trabalhadores onde o trabalho realizado nos países produtivamente mais atrasados é, portanto, desvalorizado e o trabalho realizado nos países mais desenvolvidos tecnologicamente tende a ser supervalorizado, produz mais valor por tempo concreto de trabalho.

Ruy Mauro Marini inova dentro da Teoria da dependência quando ele argumenta que ganhos e perdas não ocorrem no momento da troca, mas sim ocorrem no momento da produção. A existência de ganhos e perdas (do ponto de vista dos países dependentes, naturalmente, o que há são perdas), e não esses ganhos ou perdas se explicarem como transferências de valor pela Balança de Pagamentos ocorre fortemente pelo empobrecimento de setores retardatários tecnicamente, sendo esse empobrecimento agravado por não se referir apenas à capacidade presente de produção, ou seja, por incluir a perda de riqueza já acumulada aliado a uma explicação fundamental das desigualdades entre preços internacionais e valores internacionais pela existência de uma taxa de câmbio corrente que leva a preços inferiores aos valores internacionais nos países dependentes e superiores nos países centrais tendo um processo semelhante ocorre com os salários: nos países mais atrasados, eles tendem a ser mais baixos, tal como expressos internacionalmente, do que os que corresponderiam à diferença nas forças produtivas médias do trabalho de cada país que leva a uma subvalorização das suas horas de trabalho para poder equilibrar seu balanço de pagamentos aliada fortemente a uma desigualdade explicada sobretudo pelo controle que a firma fundamentalmente comercial (comercial no sentido de que não produz de fato suas mercadorias) exerce sobre as firmas produtoras e sobre todo o circuito comercial.

Em Fernando Henrique Cardoso

Martins e Valência (2001) trazem que a Teorização da Dependência executada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto não partem de uma metodologia de colapso e rompimento da mesma, mas sim como uma forma de aceitá-la e a partir desse nível passar a pensar maneiras de promover o desenvolvimento na periferia entendendo que é inevitável essa relação, inclusive dialogando muito com a questão estrutural colocada pela CEPAL.

Fernando Henrique e Enzo Faletto, mas posteriormente fica mais a cargo do primeiro, trazem a inovação de falar em teorias da dependência para se referir às distintas articulações metodológicas e conceituais que se estabeleceram para interpretar padrões de desenvolvimento, além de trazer um enfoque diferente do de Ruy Mauro Marini, posto que é Weberiana e com certas tintas de ecletismo, ao assimilar parcialmente e de maneira subordinada o marxismo, que tem sua melhor expressão nas obras de Cardoso e Faletto. Aqui a dependência é analisada a partir das estruturas de dominação, sendo que apenas por seu intermédio se compreende a luta de classes. Os padrões de desenvolvimento são articulados à dependência, que constitui o paradigma de desenvolvimento para as sociedades latino-americanas, cabendo à instância política nacional instituir padrões de dominação que oscilam entre os pares desenvolvimento/dependência e estancamento/autonomia. (Centralidade das Corporações e Instituições)

Fernando Henrique Cardoso tece uma colocação que o postula com ceticismo em relação à capacidade do socialismo e do nacionalismo na periferia e, principalmente, na América Latina, estabelecer algum padrão distinto de desenvolvimento à dependência, muito porque na definição de dependência de Cardoso e Faletto, o político é uma variável fraca frente ao econômico, uma vez que possui uma abrangência limitada de atuação frente a este. A face econômica da dependência se expressa na conformação de uma estrutura produtiva nacional em função do mercado externo, que mantém os vínculos comerciais, produtivos e financeiros com a expansão internacional do capitalismo.

A “ambigüidade” explícita com que Cardoso vai caracterizar a situação de dependência comporta, em verdade, uma grande desigualdade entre o econômico, que cria uma estrutura produtiva marcada por características e vinculações estruturais dependentes, e o político, cuja amplitude de atuação não lhe permite atuar sobre esses vínculos estruturais e dinâmicos da dependência e substituí-los por outros, sem cair no estancamento e, ao final, no “pior mundo possível”.

Como teórico e político, Cardoso escolhe a ética de responsabilidade, pois ela lhe permite vincular os seus fins aos condicionamentos impostos pelas estruturas dependentes. A

fraqueza da esfera política em relação à objetividade da economia, não lhe permite construir um caminho próprio e sustentado de desenvolvimento.

Cardoso propõe, então, a pauta de um Estado de compromisso virtual, formado pela aliança entre a burguesia internacionalizada e os setores não-totalitários do aparato estatal, interessados na legitimação do modelo político brasileiro e em evitar a sua evolução para um totalitarismo fascista e obscurantista, que se realizaria por seu isolamento do mundo exterior.

São as reformas econômicas e políticas que permitem ao capital internacional transformar a sua dominação estrutural em dominação política e aprofundar os laços de dependência do país, tornando-as muito menos compartilhadas com a associação dos capitais estatal e privado nacional.

A contradição que se apresenta entre o econômico e político nessa parte de sua obra, aprofunda a articulação subordinada entre essas instâncias, presente em suas análises clássicas da dependência.

A globalização não rompe com a dominação entre os Estados nacionais que caracteriza a dependência, mas introduz um novo quadro sistêmico e analítico caracterizado pela interconexão produtiva global e pela alta mobilidade do capital especulativo, que passa a comandar o lado real da economia.

Cabe nessa perspectiva, para o governante do país dependente, a difícil tarefa de praticar a subordinação ao capital internacional e postular o seu controle, colocando-se sempre à sombra da iniciativa dos países centrais para evitar os custos de uma liderança nessa direção; Aceita-se que o interno perca a sua autonomia e torne-se cada vez mais uma expressão do externo e de outro lado, desenha-se um perfil de pensamento que busca uma nova base social, de contornos cada vez mais populares, para afirmar-se as diretrizes nacionais e regionais de desenvolvimento como se vê no excerto a seguir:

Nossa hipótese é que, exatamente em função de uma específica relação interna entre e intra classes, houve no Brasil um aprofundamento dos laços de dependência que permitiu um desenvolvimento acelerado durante algumas décadas.

Os setores populares ficam apenas em um segundo ou terceiro plano. Os investidores especulativos ou produtivos virão na medida em que se lhes garanta altas taxas de retorno para operar no país; e isto exige ajustar-se a suas demandas e interesses, e não as do país e de sua população.

A análise de resultados e discussões

Silva (2010) nos coloca que a Teoria da Dependência é a primeira teoria elaborada fora dos grandes centros de pesquisadores que influencia sobre os espaços acadêmicos dos países periféricos, fornecendo a estes ferramental e embasamento para discutir o desenvolvimento, ainda mais se tratando da relação entre estes e a periferia do capitalismo global.

A origem da teoria da dependência remonta ao processo de industrialização da América Latina durante os governos desenvolvimentistas dos anos 30 e 40, passando por três fases como destaca Silva (2010): 1) A velha dependência, onde estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) criticam as explicações convencionais do desenvolvimento, adotando a partir da crítica uma perspectiva essencialmente econômica em sua análise; 2) A nova dependência, onde adiciona-se, durante os anos 60, uma crítica marxista e é adotado o método materialista-dialético de Karl Marx nas análises do desenvolvimento periférico, inclusive criticando a visão Cepalina que tem como centro a estrutura da economia dos países periféricos como ponto de partida; e 3) O consumo, onde Fernando Henrique Cardoso denomina esta fase de “Etapa do Consumo”, visto que os países centrais do capitalismo passam a adotar essa mesma teoria para explicar o subdesenvolvimento e assim adotando duas linhas: a) O confucionismo, onde teóricos da academia dos países centrais adotam o mesmo nome em suas especulações, mas não reproduzem o conteúdo e nem possuem o mesmo alinhamento teórico; e b) O distorcionismo, onde é adotado o nome e reproduz alguns conceitos, mas de maneira premeditada elimina os

elementos históricos e de classe, só enxergando a dependência entre os países em suas relações de poder.

De maneira sucinta, a Teoria da Dependência parte do princípio, presente em todas as suas fases e linhas de trabalho, que a economia dos países periféricos está condicionada ao desenvolvimento e expansão dos países centrais. Partindo desta forma genérica de conceituação, a Teoria da Dependência amplia o arcabouço teórico de si mesma quando não se limita a estudar o desenvolvimento somente como incremento no produto total da economia, mas, também, destacando duas dimensões: 1) Uma análise global da sociedade com destaque para: a) A não consideração apenas dos elementos econômicos; b) A consideração dos elementos culturais dos países periféricos; e c) Passa a entender, também, os elementos históricos, políticos e sociológicos dos países periféricos; e 2) Um levantamento qualitativo do processo do desenvolvimento destacando: a) O incremento ou diminuição da desigualdade durante o desenvolvimento; b) Se o processo produz ou reduz os níveis de marginalidade; e c) Se a sociedade está se tornando mais autoritária ou democrática (PORTES ET AL, 2022).

Outro ponto da Teoria da Dependência que se torna importante destacar, para compreensão da leitura da Economia Ecológica, a partir deste arcabouço teórico é o que Silva (2010) destaca que a economia dos países periféricos é atrofiada pela sua própria natureza e para funcionarem de maneira adequada, precisam estar instaladas no circuito internacional do capitalismo. Porém, este processo de inserção no circuito internacional do capitalismo, como destaca Marini, acontece por meio da subordinação dos países periféricos aos países centrais, adotando um modelo agrário-exportador, que gera as matérias-primas necessárias à produção dos países do primeiro mundo, sendo este processo altamente predatório em relação aos recursos naturais, provocando uma deterioração ambiental nos países periféricos ao exportar itens altamente carregados do fator de produção, que são os recursos naturais e importar produtos de maior valor agregado com alta presença de capital, trabalho, tecnologia e inovação (PORTES ET AL, 2022).

Como destaca Marini, esse processo provoca um problema enquanto balança comercial nos países periféricos porque estes sempre compram itens de maior valor do que os produtos produzidos para exportação, provocando além da deterioração ambiental, uma situação de ampla pobreza, que no longo prazo densifica os problemas sociais e ambientais.

Em Portes Et Al (2022), nas duas visões da análise da dependência, a Weberiana e a Marxista, é possível encontrar elementos que demonstram o problema da predação de recursos ambientais.

Na visão Weberiana, nos países periféricos existe uma burguesia nacional que alinha seus interesses aos de uma burguesia internacional dos países centrais, de maneira que serve de instrumento desta para manutenção dos países subdesenvolvidos enquanto exclusivamente produtores de matérias-primas provenientes da dilapidação ambiental.

Já na visão Marxista, o processo de dependência dos países periféricos em relação aos centrais ocorre a partir do momento que os países desenvolvidos possuem elementos de mercado e políticos para decidir o quanto irão produzir e, conseqüentemente, o quanto irão importar de bens primários dos países subdesenvolvidos, o que provoca um colapso financeiro nos realizadores da extração ambiental.

Este processo de colapso se dá a partir do momento que existe uma oferta maior de matérias-primas disponíveis, e os países centrais produzem a mesma quantidade. Dessa forma, o preço dos recursos naturais se torna menor, obrigando os países periféricos a produzir cada vez mais para o volume de exportações e ter mais receitas, o que provoca ainda mais a redução do preço internacional, devido à maior disponibilidade de matérias-primas. Como consequência desse processo, ocorre o aumento da pobreza nos países periféricos e o desmonte do inventário ambiental, em virtude da sua hiper exploração (PORTES ET AL, 2022).

O processo de exploração é algo histórico e existem três formas de exploração realizadas sobre os países periféricos: 1) Exportação de produtos naturais das antigas colônias para as metrópoles; 2) Determinação do nível de produção pelos grandes centros, sempre

provocando um excesso de matérias-primas produzidas pela periferia e conseqüente redução de seu valor; e 3) Presença de multinacionais nos países periféricos que limitam seu desenvolvimento tecnológico e os mantêm na situação de simples produtor de matérias-primas na divisão internacional do trabalho (PORTES ET AL, 2022).

Este processo só pode ser interrompido, como já era visto na fase da Velha Dependência dos cepalinos, a partir de um processo de industrialização nos países periféricos orientado pelo estado, onde este poderia desenvolver sua tecnologia, melhorar a renda geral da população e, também, controlar o processo de extração da natureza a partir do que fosse necessário, sem ficar refém das decisões dos países centrais.

A Economia Verde, segundo Portes Et Al (2022), é um ramo da Economia Ecológica que propõe suspender o processo de depredação ambiental e defende a necessidade de um processo de mudança nas cadeias de produção de maneira a reduzir a quantidade de recursos naturais aplicados a ampliação da inserção de tecnologia e trabalho qualificado e o protagonismo dos governos dos estados globais nesse processo.

O que se destaca enquanto possibilidade de solução dos problemas acaba se confluindo e complementando com a teoria do desenvolvimento, ou seja, a adoção de um modelo industrial em países periféricos que dependesse menos da extração ambiental para sustento da economia destes, porque teria uma indústria pujante com mais tecnologia aplicada e melhores salários para os trabalhadores e que todo este processo seria orientado e protagonizado pelos entes estatais, enquanto agentes econômicos com capacidade reais de assumir essa tarefa (PORTES ET AL, 2022).

Considerações finais

Terminadas as apresentações foi possível cumprir seu objetivo, posto que articulando o entendimento de Fernando Henrique Cardoso e de Ruy Mauro Marini sobre a relação entre Centro e Periferia do Capitalismo, foi possível induzir uma análise sobre como funciona o processo predatório dos recursos naturais nos países periféricos e como isso é estimulado pelos países centrais.

Entendendo que a Periferia é colocada no posto de simples exportadora de recursos naturais, e tem seus agregados como salários, etc. desvalorizados em relação ao centro, esta sempre se verá em situação de disputar mercados em países de tecnologia mais avançada, de modo que o processo exploratório não se finaliza e mais, se amplia quando ao entrar na seara das organizações presentes nos países periféricos, suas classes dominantes acabam por conciliar seus interesses aos dos países centrais, não permitindo que este ciclo se encerre e gerando processos ainda mais danosos ao meio ambiente.

Referências

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). Métodos De Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. *Lutas sociais*, n. 7, p. 115-130, 2001.

NETO, João Machado Borges. Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica marxista*, v. 33, p. 83-104, 2011.

Portes, Márcio Rosa, Ananias, Sandro Patrício, Cruz, Júnio Matheus da Silva, & Meira, Maria Vitória dos Santos. (2022). GOVERNANÇA PÚBLICA E ECONOMIA ECOLÓGICA: REFLEXÕES E PROPOSIÇÕES. *Revista Inovação Social*, 3(2), 1–19. <https://doi.org/10.5281/zenodo.6504211>.

SILVA, Gustavo Javier Castro. A teoria da dependência: reflexões sobre uma teoria latinoamericana. [s.l.]: 2010.